



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Subsecretaria de Capital Humano

ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº/2019

(Processo Administrativo nº 19968.100062/2019-39)

GLOSSÁRIO

Avaliador Independente: organização externa, responsável pela coleta de dados disponíveis no eSocial/CAGED e avaliação do atingimento das metas estabelecidas pelo projeto. Nesse sentido, caber-lhe-á produzir o relatório de avaliação que servirá para fundamentar a decisão administrativa sobre o cumprimento do objeto contratual pelo CONTRATANTE.

Grupo de tratamento: grupo de jovens selecionados que receberão as intervenções.

Grupo de controle: grupo de jovens selecionados excedentes que não receberão as intervenções. A evolução destes indivíduos no grupo de controle será acompanhada para aferir o quanto as intervenções efetivamente afetaram a empregabilidade dos indivíduos do grupo de tratamento. Tal grupo tem como objetivo demonstrar o que teria acontecido com os jovens do grupo de tratamento, caso eles não tivessem recebido a intervenção prevista nesse edital.

Intervenção: é o serviço de qualificação especializada que será oferecido para jovens desempregados com o intuito de aumentar a empregabilidade dos mesmos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a empregabilidade de jovens desempregados, em quantidade igual ou superior a 8% em comparação ao grupo de controle, por meio de qualificação profissional para 800 (oitocentos) jovens, conforme especificações deste Termo de Referência.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de qualificação profissional.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a *Empreitada por Preço Global*.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de até 24 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e Objetivo da contratação encontram-se pormenorizados no Estudo Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Preliminar, abrange a prestação de serviço de qualificação profissional, instituída por entidade privada com ou sem fins lucrativos, com foco na empregabilidade de jovens desempregados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme o Estudo Preliminar, os requisitos da contratação abrangem os seguintes:

5.1.1. A empresa CONTRATADA deve ser especializada na prestação de serviços de qualificação profissional;

5.1.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência devem ser prestados de forma não continuada.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA estão previstas neste Termo de Referência (Itens 10 e 11, respectivamente).

6. DO PÚBLICO ALVO

6.1. O público alvo definido é de **800 jovens, de 18 a 29 anos**, de região(ões) a ser(em) selecionada(s) pela empresa CONTRATADA.

6.2. Os jovens deverão estar **desempregados ao ato da inscrição**.

6.3. A CONTRATADA poderá estabelecer processo seletivo com vistas a selecionar candidatos que participarão do sorteio, podendo haver critérios de escolaridade e/ou idade, desde que obedeça ao intervalo da faixa etária fixado pelo subitem 6.1 e a condição prevista no subitem 6.2.

6.4. De um grupo de ao menos 2000 inscritos, 800 serão selecionados para receber as intervenções (“grupo de tratamento”), ao passo que o restante (ao menos 1200) será utilizado como grupo de comparação (“grupo de controle”). O processo de seleção dos inscritos para participação no grupo de tratamento será realizado pelo avaliador independente, por meio de sorteio.

7. DO AVALIADOR INDEPENDENTE

7.1. O avaliador independente é uma instituição, sem vínculo jurídico com a CONTRATADA e não integrante da Administração Pública Federal, que será definido pela CONTRATANTE por meio de pactuação não onerosa e terá como função analisar os indicadores e resultados seguindo a metodologia descrita neste Termo de Referência, a partir de dados administrativos existentes no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ou **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)**.

7.2. Sua principal função é quantificar o impacto das atividades e serviços desenvolvidos sob o Contrato calculando a diferença percentual de empregabilidade referente ao grupo de jovens que foram sorteados e se matricularam para receber a qualificação (grupo de tratamento), quando comparados aos indicadores do grupo de jovens inscritos que não foram sorteados e não se matricularam (grupo de controle).

7.3. A diferença percentual será calculada pelo avaliador por meio da metodologia de regressão por variáveis instrumentais, utilizada para avaliação de impacto em contextos de avaliações experimentais (*randomized controlled trials – RCTs*). A variável dependente será uma variável indicadora, que assume o valor unitário em caso de o jovem estar empregado formalmente com carga horária mínima semanal de 40 horas há pelo menos 120 dias contínuos no mesmo vínculo, e zero, caso contrário.

7.4. Para viabilizar a avaliação de impacto, será requerida a inscrição de, no mínimo, o dobro de candidatos sobre o número de vagas ofertadas no agregado (2000 inscritos para as 800 vagas ofertadas) e, no mínimo 1,5 vezes o número de candidatos por vaga para cada turma (uma turma hipotética com 50 alunos precisaria ter ao menos 75 alunos inscritos). A avaliação irá comparar os inscritos que forem sorteados e matriculados (grupo de tratamento) com os que não forem sorteados e nem matriculados (grupo de controle) através de análise de regressão por variáveis instrumentais, usando como variável instrumental o resultado do sorteio.

7.5. O avaliador irá incluir como variáveis explicativas na regressão outras variáveis socioeconômicas disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ou **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)**, como, por exemplo, idade, sexo, grau de instrução, existência e duração de empregos prévios na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), área geográfica, setor de atividade (CNAE), nível ocupacional (CBO), tipo de vínculo empregatício, quantidade de horas contratuais, salário mensal e tamanho do estabelecimento onde está empregado.

7.6. O avaliador independente terá o prazo de 30 dias corridos, a partir do término do período para empregabilidade e do recebimento de todos os dados relevantes, para entregar ao CONTRATANTE o relatório final.

7.7. O avaliador independente deverá ter reputação ilibada, experiência com a realização de estudos de avaliação de impacto de políticas públicas, empresas ou organizações, e experiência na utilização de técnicas de avaliação por meio de avaliações experimentais.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O modelo de execução do projeto será dividido em 2 etapas, conforme discriminado abaixo:

8.1.1. Da primeira etapa: Desenvolvimento de metodologia geral da intervenção, pesquisa de prospecção do mercado de trabalho local, organização geral dos trabalhos e qualificação social e profissional do grupo de tratamento pela CONTRATADA, em até 365 dias após a assinatura do contrato.

8.1.1.1. Após assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá desenvolver pesquisa local no(s) município(s) da federação que escolher e que será(ão) atendido(s) pelo projeto, tendo como objetivo fazer a prospecção da real demanda de empregos e consequente qualificação profissional requerida pela região, dentro das expertises da CONTRATADA. Além de prospecção direta com o setor produtivo do(s) local(ais) dos cursos, a CONTRATADA utilizará dados estatísticos, entre eles dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ou **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)**, além de dados e metodologias adicionais de mapeamento de demanda que julgar pertinentes.

8.1.1.2. Com base nesse levantamento, a CONTRATADA deverá implementar a intervenção, assegurando a inscrição de um quantitativo total de, **no mínimo, 2000 jovens de 18 a 29 anos, desempregados ao ato da inscrição, ao longo de todo o período da etapa 1.**

8.1.1.3. A CONTRATADA também deverá destinar 10% (dez por cento) das vagas selecionadas para atendimento a pessoas com deficiências, desde que tais vagas não lhes sejam impeditivas ao exercício da atividade laboral correspondente ao(s) curso(s) pretendido(s).

8.1.1.3.1. Verificada adesão de beneficiário de que trata o subitem 8.1.1.3. abaixo do percentual ali estabelecido e comprovado o emprego de meios razoáveis à sua mobilização, é autorizado o preenchimento das vagas remanescentes por não portadores de

necessidades especiais.

8.1.1.3.2. A informação sobre o tipo de deficiência do trabalhador beneficiário deverá constar no sistema de gestão disponibilizado pelo CONTRATANTE.

8.1.1.4. A CONTRATADA deverá submeter a relação de inscritos selecionados por turma para os servidores responsáveis pela fiscalização do projeto, que avaliarão se os critérios de seleção exigidos acima foram respeitados, e para o avaliador independente, que definirá, por sorteio, respeitados os percentuais de deficientes, os inscritos que farão parte do grupo de controle e do grupo de tratamento. O avaliador independente apresentará então, por lista, a relação de participantes em cada grupo à CONTRATANTE e à CONTRATADA.

8.1.1.5. Caso o participante sorteado para integrar o grupo de tratamento não se matricule, a CONTRATADA deverá substituir o respectivo participante por um integrante do grupo de controle, obedecendo a ordem de preferência estabelecida pelo sorteio e até o limite a ser definido pelo avaliador independente.

8.1.1.6. A equipe da CONTRATADA implementará os projetos pedagógicos, metodologias e cursos, sempre de acordo com as características da região em que será realizada a intervenção, conforme mapeamento do setor produtivo local desenvolvido no subitem 8.1.1.1.

8.1.1.7. A CONTRATADA informará em sistema de gestão e informação disponibilizado pelo CONTRATANTE os dados relativos às turmas, com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em relação à data fixada para o início dos cursos.

8.1.1.7.1. Qualquer alteração na programação das turmas deverá ser comunicada ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos da data de início anteriormente informada.

8.1.1.7.2. Os eventos relativos à execução, quais sejam, entrega de material didático e controle de frequência dos educandos, deverão ser devidamente alimentados no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias corridos, contados de sua ocorrência, ou quando solicitada pela fiscalização.

8.1.1.7.3. Os educandos deverão validar, ao final do curso, a alimentação do sistema de gestão e informação disponibilizado pelo CONTRATANTE mediante assinatura de relatório físico comprobatório, que deverá ser mantido pelo ente executor para fins de fiscalização.

8.1.1.7.4. Caso encontre alguma inconsistência no relatório comprobatório, o educando deverá informá-la de próprio punho, em campo destinado para essa finalidade, para a devida correção da informação no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser imediatamente efetuada pelo responsável.

8.1.1.7.5. Em caso de indisponibilidade de sistema de gestão e informação, o CONTRATANTE proverá meios alternativos suficientes ao controle e à gestão da execução das ações pactuadas.

8.1.1.7.6. A inobservância das obrigações quanto ao registro de que trata este artigo implicará sanções e poderá acarretar até a invalidação da execução caso inviabilize o regular acompanhamento das ações de qualificação pelo CONTRATANTE.

8.1.1.7.7. Eventuais problemas no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo CONTRATANTE, que impeçam o cumprimento das obrigações a ele relativos, deverão ser comunicados de imediato ao CONTRATANTE para orientação quanto as providências cabíveis.

8.1.1.8. Os cursos oferecidos pela CONTRATADA terão carga horária **mínima de 250 horas-aula presenciais, das quais no mínimo 20 horas deverão ser destinadas para os conteúdos básicos que compreenderão os seguintes temas:** comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos; raciocínio lógico-matemático; saúde e segurança no trabalho; direitos humanos, sociais e trabalhistas; relações interpessoais no trabalho; orientação profissional e responsabilidade sócio-ambiental.

8.1.1.9. Em todos os cursos oferecidos pela CONTRATADA, a hora/aula compor-se-á de 60 (sessenta) minutos.

8.1.1.10. A CONTRATADA poderá oferecer, além das 250 horas presenciais mínimas, qualificação a distância.

8.1.1.11. Da carga horária de formação profissional, **ao menos 30% (trinta por cento) será voltada para a prática profissional.**

8.1.1.12. A prática profissional compreenderá diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras condizentes com os cursos que forem selecionados pela CONTRATADA.

8.1.1.13. A CONTRATADA poderá promover as qualificações das turmas em período(s) distinto(s), respeitado o limite temporal estabelecido no subitem 8.1.1.14.

8.1.1.14. A primeira etapa se encerrará **em até 365 dias** da assinatura do contrato, ou antes, quando em ambos os casos a CONTRATADA deverá entregar o certificado de conclusão do curso **para toda(s) a(s) turma(s).**

8.1.2. Da segunda etapa: Entrega do relatório final de avaliação quantitativa do impacto social, em até 365 dias após o encerramento da 1º etapa.

8.1.2.1. A elaboração de Relatório Final será feita pelo avaliador independente, que demonstrará, em avaliação quantitativa e percentual a diferença de empregabilidade alcançada pelo grupo de tratamento, definido pelo somatório agregado de eventuais turmas definidas pela CONTRATADA, ou dos alunos que se matricularam para receber a qualificação, em relação ao grupo de controle, que não se matriculou.

8.1.2.2. O monitoramento quantitativo e análise do indicador de resultado será feito a partir das informações administrativas constantes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ou **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais,**

Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 GESTÃO CONTRATUAL

9.1.1. A Gestão Contratual do objeto relativo a este Termo de Referência se dará por meio da Subsecretaria de Capital Humano, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, do Ministério da Economia.

9.1.2. Caberá ao gestor do contrato o conjunto de ações que terão por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avançadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

9.2. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.2.1. A prestação da entrega dos serviços será realizada com auxílio da entidade avaliadora independente, por meio de mecanismo que defina quantitativamente a diferença percentual de empregabilidade ocorrida no grupo de tratamento em relação ao grupo de controle.

9.2.2. Após a conclusão das aulas do curso em cada turma, **haverá, nos 240 dias seguintes**, o monitoramento da empregabilidade para aquela turma, bem como do grupo de controle correspondente.

9.2.3. Para efeitos desse edital, a empregabilidade será definida como contratação e permanência em emprego com carteira assinada na mesma empresa e carga horária semanal mínima de 40 horas, por pelo menos 120 dias, durante o período de monitoramento ao qual se refere o subitem 9.2.2.

9.2.4. As contratações que eventualmente ocorram pela própria CONTRATADA serão desconsideradas.

9.2.5. As contratações deverão ocorrer em, no mínimo, 5 (cinco) empresas de grupos econômicos distintos.

9.2.6. A taxa máxima de evasão permitida é de 20% para o conjunto das turmas. Para efeitos de pagamento, mesmo que a CONTRATADA tenha atingido o índice de empregabilidade exigido, haverá desconto proporcional ao percentual de jovens que evadiram além do limite de 20%

9.2.6.1. A taxa de evasão será obtida aplicando-se a seguinte equação: $[\text{Total de jovens matriculados (até o limite da meta)} - \text{Total de jovens concluintes (até o limite da meta)}] \times 100 / \text{Total de jovens matriculados (até o limite da meta)}$.

9.2.6.2. A taxa de evasão superior a 20% ensejará a restituição de recursos correspondentes a 50% do custo por aluno evadido.

9.2.6.3. Somente serão admitidos como justificativa para evasão acima de 20%, desde que ocorridas no período de duração do curso e devidamente comprovadas: aluno empregado no mercado de trabalho formal, óbito, situação de calamidade ou emergência na localidade.

9.2.6.3.1. Para caracterizar a situação de óbito, calamidade ou emergência, o ente parceiro deverá encaminhar o Decreto Municipal de Emergência e demais comprovações pertinentes.

9.2.7. Para fins da avaliação de impacto, todos os alunos serão incluídos na análise, independentemente se evadiram ou não.

9.2.8. O CONTRATANTE adotará remuneração variável de pagamento, conforme o percentual de empregabilidade obtido do grupo de tratamento superior ao grupo de controle, de acordo com as seguintes métricas.

9.2.8.1. Entre 62,5% e 99,9% do valor adjudicado: caso o impacto estimado no percentual de empregabilidade adicional seja igual ou maior do que 8% e menor do que 30%. O valor a ser pago será determinado conforme a seguinte fórmula, sendo Y o percentual de empregabilidade adicional obtido:

$$62,5 + \{37,5/22 \times (Y - 8)\}$$

9.2.8.2. 100% do valor adjudicado: caso o impacto estimado no percentual de empregabilidade adicional seja igual ou superior a 30%.

9.2.8.3. Para efeito exemplificativo do previsto no subitem 9.2.8., caso o grupo de controle (que não recebeu a intervenção) obtenha uma empregabilidade de 20%, o grupo de tratamento (que recebeu a intervenção) deverá obter uma empregabilidade de 21,6% para obter o valor mínimo e de 26% para obter o valor total adjudicado decorrente deste edital.

9.2.9. Caso o percentual de empregabilidade obtido do grupo de tratamento seja menor que 8% a mais que o atingido pelo grupo de controle, o objeto contratual será considerado como não entregue, não sendo devido qualquer pagamento da CONTRATANTE para a CONTRATADA.

9.2.10. O relatório final, realizado pelo avaliador independente, deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE e à CONTRATADA, para subsidiar a verificação do objeto contratado ao final do período. Após a decisão da CONTRATANTE sobre a entrega do objeto contratado, a avaliação deverá ser publicada no sítio eletrônico da CONTRATANTE.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como nomes dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para

as providências cabíveis.

- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 10.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;
 - 10.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - 10.6.4 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Custear os materiais didáticos gerais e específicos; auxílio transporte; equipamentos de proteção individual - EPI, quando necessário; lanche ou refeição, quando necessário; e uniformes, quando adotados pela instituição de ensino, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ao trabalhador beneficiário do curso.
- 11.2.1. Serão considerados como auxílio transporte o vale transporte, a contratação de empresa de transporte (desde que os valores sejam compatíveis com o valor orçado para o provimento do vale-transporte), bem como convênios ou acordos com órgãos municipais ou estaduais para o deslocamento dos alunos, desde que, neste último caso, não haja ônus aos alunos.
 - 11.2.2. No caso em que o educando não necessite do auxílio transporte, por qualquer motivo, ficar-lhe-á facultado dispensar o benefício, mediante assinatura de declaração de dispensa.
 - 11.2.3. Nos cursos com carga horária diária entre 4 (quatro) e 6 (seis) horas, inclusive, a CONTRATADA deverá fornecer lanche ou refeição.
 - 11.2.4. Nos cursos com carga horária diária maior que 6 (seis) horas, a CONTRATADA deverá fornecer lanche e refeição.
- 11.3. No atendimento à pessoa com deficiência, caso houver, deverão ser observados: disposições da Norma regulamentadora da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, nos termos da legislação vigente; as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que tratam da acessibilidade de pessoas portadores de deficiências e edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos; e as disposições da legislação brasileira relativas à inclusão da pessoa com deficiência.
- 11.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar do pagamento devido à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.16. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 11.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.24. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 11.25. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 11.26. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 11.27. Dar acesso completo à CONTRATANTE às metodologias e técnicas empregadas.
- 11.28. Não possuir, em seus quadros, dirigentes ou ex-dirigentes de entidades consideradas em mora com a Administração ou inadimplentes na utilização de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT.
- 11.29. Disponibilizar aos servidores responsáveis pela fiscalização sistema de gestão e informação para registro da realização das ações e dos cursos.
- 11.30. Dispor, em toda e qualquer peça de divulgação e apresentação, a identificação visual do FAT, conforme disposto na Resolução do CODEFAT nº 44, de 12 de maio de 1993.
- 11.31. Observar o disposto em norma de execução que regulamenta a modalidade de qualificação presencial no âmbito da Resolução 783/2017 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 12.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 12.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de

qualificação técnica necessárias para a execução do objeto;

12.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

12.1.4. A empresa CONTRATADA se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

12.1.5. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador, e que não afete o estabelecido no objeto do contrato.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação aos requisitos exigidos, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar fiscalização diária, semanal ou mensal, a critério da CONTRATANTE.

14.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos a partir do recebimento do relatório do avaliador independente, a CONTRATANTE deverá atestar o recebimento provisório.

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, combinada com as informações disponíveis no sistema de gestão e informação, previsto no item 8.1.1.7., deste Termo de Referência, da seguinte forma:

15.3.1. A CONTRATANTE realizará fiscalização amostral dos serviços executados.

15.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório do avaliador independente, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.8. Os serviços serão rejeitados caso o objeto do contrato não tenha sido alcançado, não sendo devida qualquer compensação financeira pela CONTRATANTE à CONTRATADA. Não haverá recebimento parcial dos serviços.

16. DO PAGAMENTO

16.1. **O pagamento será único, com valor variável conforme a métrica alcançada e/ou em caso de evasão superior a 20%**, conforme cláusula 9.2.8, e, salvo o previsto no item 17, será irrevogável, sendo efetuado durante a vigência do contrato em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da nota fiscal pela CONTRATADA.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.1.1. Objetiva-se promover a ampla concorrência neste processo licitatório, não onerando demasiadamente potenciais participantes do certame, em especial por haver diversas organizações sem fins lucrativos que atuam em qualificação profissional para jovens desempregados. Por esta razão não será exigido que a CONTRATADA execute um seguro de garantia para a contratação.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,2% a 3,2% ao dia sobre o valor adjudicado, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

19.2.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

19.2.6. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a do pagamento a ser efetuados;

19.2.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor equivalente a 1/24 do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor equivalente a 1/24 do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor equivalente a 1/24 do contrato
4	3,2% ao dia sobre o valor equivalente a 1/24 do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	04
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
4	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

19.3. O atingimento do percentual de empregabilidade inferior a 8% no grupo de tratamento em relação ao grupo de controle, segundo os critérios deste Termo de Referência, não acarretará por si só sanções à CONTRATADA, ressalvados outros eventuais descumprimentos do objeto contratual e das demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e o disposto no item 16.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos do valor a ser pago, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.6.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais, conforme disciplinado no edital.

20.1.1. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.1.2. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é:

20.1.2.1 Comprovar, pelo menos, 3 (três) anos de constituição legal e 3 (três) anos de efetiva atuação no campo de especialidade (qualificação profissional).

20.1.3. O critério de aceitabilidade de preço será:

Valor Global: R\$ 3.200.000,000 (três milhões e duzentos mil reais)

20.1.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.1.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

21.2. O valor foi obtido a partir da resolução CODEFAT nº 821/2018, que estabelece em R\$ 16,00 (dezesesseis reais) o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil. **No caso, ao multiplicar-se esse valor por 250 horas-aula e pelo número de alunos (800), obtêm-se o valor global máximo previsto.**

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. Dotação orçamentária da contratação: R\$ 3.200.000,000 (três milhões e duzentos mil reais), sendo a Gestão/Unidade 001 SPPE / 25915 - **Fundo de Amparo ao Trabalhador**, Fonte: 180, Programa de Trabalho 2071 – Promoção de Trabalho Decente e Economia Solidária, Elemento de Despesa 33.90.00.

23. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. A execução dos serviços será iniciada na mesma data da assinatura do contrato, na forma que segue:

23.1.1. Da primeira etapa: Desenvolvimento de metodologia geral da intervenção, pesquisa de prospecção do mercado de trabalho local, organização geral dos trabalhos e qualificação social e profissional do grupo de tratamento pela CONTRATADA, em até 365 dias após a assinatura do contrato;

23.1.2. Da segunda etapa: Entrega do relatório final de avaliação quantitativa do impacto social, em até 365 dias após o encerramento da 1ª etapa.

Brasília, 23 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente

André Luiz Ribeiro de Oliveira
Analista de Comércio Exterior
SIAPE 1141877

Documento assinado eletronicamente

Camila Consuelo Brito de Oliveira
Coordenadora
SIAPE 1627170

Documento assinado eletronicamente

Mateus Carvalho Branco Silva
Coordenador
SIAPE 1147097

Documento assinado eletronicamente

José Henrique Videira Menezes
Coordenador-Geral de Projetos
SIAPE 1961685

Documento assinado eletronicamente

Rodrigo Zerbone Loureiro
Subsecretário de Capital Humano

SIAPE 1535792



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz R. de Oliveira, Analista de Comércio Exterior**, em 23/10/2019, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Consuelo Brito de Oliveira, Coordenador(a)**, em 23/10/2019, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Carvalho Branco Silva, Coordenador(a)**, em 23/10/2019, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Henrique Videira Menezes, Coordenador(a)-Geral**, em 23/10/2019, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Zerbone Loureiro, Subsecretário(a)**, em 23/10/2019, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4664494** e o código CRC **AB44E5AA**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados
Atualização: Outubro/2019

Referência: Processo nº 19968.100062/2019-39.

SEI nº 4664494